

## **Intolerância Religião no Brasil**

*Leitura crítica da Folha de S.Paulo e da Folha Universal  
durante 1995, Ano Internacional da Tolerância*

Ricardo Muniz

Mestre em Ciências Sociais pela  
Universidade Metodista de São Paulo

### **O que é intolerância e preconceito?**

Estigmatização. Violência impositiva de uma marca ou imagem-padrão que resumiria de uma vez por todas, com inflexibilidade e ausência de autocrítica, toda pessoa de um determinado grupo, passando por cima da rica complexidade humana. Reduccionismo. Falseamento. Agressividade e hostilidade. Passionalismo. Imunidade ao discurso racional. Exclusão moral do outro, do “diferente”. Discriminação, apartação.

Opinião hostil sem conhecimento direto. Maximização de “defeitos” individuais em função do “contexto não individual” (étnico, político, religioso) da vítima. Recusa de diálogo. Caricaturização.<sup>1</sup>

O que é tolerância?

Capacidade de resistir a situações desfavoráveis. Atitude que consiste em mostrar-se razoável e compreensivo para com as idéias, crenças religiosas e sistemas políticos diferentes ou contrários aos próprios.<sup>2</sup>

**Mas o que é intolerância, para além das generalidades? O que é tolerância, e quais reais motivações subjazem mesmo a atitudes tolerantes?** Como ambas se

---

<sup>1</sup> As definições acima foram fruto de um *brainstorm* durante o curso “Tolerância e Preconceito”, realizado na sede paulista da Anistia Internacional em 8-maio-99 e dirigido pelo sociólogo Eduardo Fragoaz. O evento contou com a significativa presença de religiosos católicos e evangélicos.

<sup>2</sup> Bernhard Häring e Valentino Salvoldi. *Tolerância — Por uma ética de solidariedade e de paz* (São Paulo:Paulinas, 1995): “poder-se-iam distinguir três maneiras de lidar com um conflito, relacionadas aos diversos comportamentos: no caso de um conflito administrado através do ataque não se pode falar de tolerância; no caso de uma retirada, há mais proximidade da tolerância no seu significado passivo [suportar]; somente quando existe negociação é que se pode dizer que se está diante de um comportamento tolerante no sentido pleno e positivo do termo [...] É no sentido todo especial de negociação que se propõe a “tolerância”: como um valor a conquistar, como uma modalidade de ação guiada pela análise razoável e realista de si mesmo e do outro, como caminho em direção à solidariedade”. (p.12)

manifestam quando se observa a interação de denominações importantes da comunidade cristã não católica com setores da sociedade brasileira no decorrer da década de 1990?

Verificam-se no Brasil na década de 90 (especialmente – e ironicamente – em 1995, Ano das Nações Unidas para a Tolerância), choques sérios entre um setor evangélico, a Igreja Universal do Reino de Deus, e a Igreja Católica (mais TV Globo), com destaque para o famoso episódio do “chute na santa”.<sup>3</sup> Outra constante é a reclamação de que a cobertura jornalística de matérias envolvendo evangélicos tem sido freqüentemente discriminatória.<sup>4</sup> Enfim, outra circunstância incômoda para muitos evangélicos é a política adotada pela Fundação Nacional de Amparo ao Índio (FUNAI) de proibição de acesso de missionários evangélicos a comunidades indígenas.<sup>5</sup> Para completar o quadro, os “evangélicos” são freqüentemente acusados de intolerância e sua ascensão é vista, devido a essa imagem, com certo temor por setores da sociedade.

Notadamente a partir da visibilidade na mídia que a Igreja Universal do Reino de Deus logrou alcançar, surgiram polêmicas e incidentes fartamente publicados que colocaram na pauta dos formadores de opinião a questão da tolerância religiosa.

E no mundo pós Guerra Fria, empalideceu o embate ideológico e assumiu destaque o papel que outras matrizes definidoras de identidade, especialmente as religiosas e étnicas, exerceriam no fomento de conflitos.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Na madrugada de 11 para 12 de outubro de 1995, o Bispo Sergio Von Helde, da IURD, tocou com um dos pés a base de uma imagem da Padroeira do Brasil.

<sup>4</sup> Em 22 de julho de 1992, carta publicada no Painel do Leitor da Folha de S.Paulo, protestava: “Manifesto minha total desaprovação ao tratamento que a Folha tem dedicado aos evangélicos em suas páginas. Percebe-se um claro menosprezo. As matérias, quando existem, vêm, sempre, ângulos desfavoráveis. Sente-se a impressão de que há intenção de criar um sentimento antipático em relação aos evangélicos”.

<sup>5</sup> Desde 1991 a Funai não firma convênios para o ingresso missionário em áreas indígenas. E os missionários que ainda trabalham entre os índios não devem ter suas autorizações renovadas. O ponto central do debate jurídico é a interpretação do artigo 231 da Constituição Federal, que procura garantir a preservação das comunidades indígenas. O juiz da 16ª Vara Federal do DF, por exemplo, entende que Constituição proíbe a evangelização de indígenas. O coordenador de assuntos indígenas da Associação de Missões Transculturais Brasileiras, entidade evangélica, declarou recentemente que “há denúncias falsas e processos tramitando contra agências missionárias e o novo Estatuto do Índio, contendo diversos aspectos preocupantes. Queremos que cada crente tome esta luta como sua. É uma questão de liberdade religiosa. O que está em jogo é o direito de os povos indígenas receberem o Evangelho de maneira correta, na sua língua, e possam optar por seguir ou não a Cristo.” (Revista Eclésia, maio-2000)

<sup>6</sup> Além da discussão sobre genocídios e atos terroristas, o debate sobre possíveis intolerâncias muito mais sutis, em países tidos como muito mais “civilizados” também está presente. A Assembléia Nacional da França adotou no primeiro semestre de 2000 a mais rigorosa legislação anti-Seitas da Europa, que tipifica um novo crime de “manipulação mental”. O artigo 9 estabelece este crime, definido como uma atividade “com o efeito de explorar o estado de dependência psicológica ou física das pessoas, exercendo repetidas pressões e utilizando técnicas para mudar sua capacidade de discernimento, de forma a levá-la, contra sua vontade ou não, a fazer ou deixar de fazer algo que lhe seja bastante prejudicial”. A pena é de 3 anos de prisão e uma multa de 40 mil dólares, mas se a vítima for considerada particularmente indefesa devido à idade ou doença, a pena é de cinco anos de prisão e a multa passa a ser de 75 mil dólares. Em 1996, o governo francês publicou uma lista de 173 “seitas perigosas”, que incluía uma igreja evangélica ligada a uma convenção batista dos Estados Unidos. (Compass Direct, julho de

Seria conveniente, aqui, reforçar as linhas limítrofes das intenções desse esforço. Não se busca identificar e analisar com rigor outras causas do fenômeno que não as intrínsecas a um certo meio evangélico, e dentre tais causas ficam fora as que não sejam referentes às posturas esboçadas no veículo que, assume-se, melhor espelha a “teologia para consumo popular”: o jornal oficial da denominação. Assim, não vamos nos deter sobre a teologia incutida nos centros de formação denominacionais – seminários e faculdades teológicas –, em livros oficiais de doutrina, nas pregações em cultos nas igrejas ou programas de televisão e rádio. Nossas pistas são garimpadas nos textos do jornal oficial da Igreja Universal do Reino de Deus, o semanal “Folha Universal”, durante 1995 (e algumas repercussões em 1996 <sup>7</sup>), especialmente editoriais e artigos doutrinários. Para contrastar, foram lidas as 12 edições do mensal “Mensageiro da Paz”, jornal oficial das Assembléias de Deus, denominação escolhida porque é a maior dos “protestantismos” considerados *grosso modo* (históricos e pentecostais, indistintamente).

Material relevante publicado pela Folha de S.Paulo em 1995 e início de 1996 foi selecionado.

A “Folha Universal” foi o órgão escolhido pela posição de pivô da Igreja Universal do Reino de Deus em todos os episódios graves registrados em 1995. A Folha de S.Paulo foi selecionada por ser o maior jornal, o mais influente e “agressivo” na cobertura dos acontecimentos. De qualquer modo, a limitação de espaço deste trabalho forçou uma limitação de veículos a serem abordados.

Este trabalho assume que há, ao menos, evidente tensão recíproca entre sociedade e comunidade evangélica no Brasil. Esse “ruído” entre setores sociais e determinadas

---

2000)

<sup>7</sup> Outros recortes da FU e da FSP selecionados e arquivados, desde 1990 até hoje, tratam de temas (não ordenados por qualquer critério) como: expansão evangélica; AEVB; articulações do Papa frente à Teologia da Libertação e tentativas de aproximação com ortodoxos; esoterismo; ciência e fé; homossexualismo; sexualidade; ensino religioso; baixa qualidade da programação na TV em geral; TV Católica; Rádios “comunitárias” ou “piratas”; “Lei do Silêncio” (lei ambiental); Cruzadas (história e pedidos de perdão); cinema, literatura e teatro (obras relacionadas com religião); eleições; seitas do Norte do Brasil; polêmicas envolvendo Frei Damião e Dr. Fritz; matérias na revista Veja, IstoÉ, República, The Economist e Time sobre a Universal, evangélicos e religião em geral; custeio da visita do Papa; conversão de atores, músicos e atletas; discriminação em concurso para capelania militar; Aborto; valorização da mulher; ecumenismo; templo católico transformado em igreja da Universal; “Lei dos 300 metros” numa cidade do interior de Goiás (entre templos de diferentes religiões); fim de isenção de impostos das igrejas; manifestação no interior da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro com a presença da imagem de Nossa Senhora; ameaça de morte a vereador do interior do RJ que criticou a idolatria em programa de rádio; proibição do Conselho Federal de Psicologia de tratamento de homossexuais; união de católicos e luteranos; gasto público com terreiro de candomblé; artigos doutrinários contra predestinação, “riso santo”, “cair pelo poder do Espírito Santo”; denúncia de artistas que se convertem mas continuam posando nuas; estátuas de orixás no Dique do Tororó, em Salvador (BA), no Distrito Federal, e imagem de Exu na Linha Amarela, Rio de Janeiro.

denominações evangélicas pode ser rotulado de intolerância? O que ajudaria a explicar essa tensão, talvez intolerância, entre uns e outros? O que os evangélicos publicam em seus jornais pode esclarecer algumas raízes de episódios registrados no decorrer da década de 90, especialmente 1995?

Sobre o pressuposto da tensão, discutiremos genericamente e teoricamente a questão contemporânea da (in)tolerância em contraste com o fundamentalismo; relacionando-a à mudança no quadro religioso brasileiro; e à identidade protestante-evangélica-pentecostal. Nosso objetivo final é triplo. Primeiro, discutir tolerância e intolerância buscando fugir da vagueza. Depois, discernir na visão teológica tal como é propagada pelo jornal oficial da Universal do Reino de Deus, a denominação que mais espaço detém na mídia e mais causa polêmica, elementos que expliquem qual tolerância e qual intolerância estão envolvidas, se estão, nos episódios observados em 1995.

### **Fundamentalismo e Intolerância**

Pode-se relacionar de modo simplista intolerância e fundamentalismo. Mas o que é fundamentalismo?

*Em termos históricos o “fundamentalismo” é um princípio hermenêutico ligado à interpretação de um livro sagrado. O fundamentalismo ocidental moderno nasce nos ambientes protestantes dos Estados Unidos do século XIX e caracteriza-se pela decisão de interpretar literalmente as Escrituras, sobretudo no que se refere às noções de cosmologia, cuja veracidade a ciência da época parecia colocar em dúvida. Donde a recusa, muitas vezes intolerante, de qualquer interpretação alegórica e especialmente de qualquer forma de educação que tentasse minar a confiança no texto bíblico, como acontecia com o darwinismo triunfante.<sup>8</sup>*

Eco, depois de esclarecer a origem histórica do conceito, rebate o quase senso comum que embaralha fundamentalismo e intolerância:

*O fundamentalismo é necessariamente intolerante? No plano hermenêutico sim, mas não necessariamente no plano político. Podemos imaginar uma seita fundamentalista que assume que os próprios eleitos têm o privilégio da justa interpretação das Escrituras, **sem***

*com isso sustentar alguma forma de proselitismo e querer obrigar os outros a compartilhar tais crenças ou lutar para realizar uma sociedade política nelas baseada.*<sup>9</sup>

Nota-se que, para Eco, a característica que torna um fundamentalismo intolerante é sua disposição de proselitismo.<sup>10</sup> Mas ainda assim, o fundamentalismo ocupa uma posição menos essencial que a intolerância, pois

*A intolerância é algo mais profundo, que está na raiz de todos os fenômenos [como] fundamentalismo, integrismo, racismo pseudo-científico [que] são posições que pressupõem uma doutrina. A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emotivas muitas vezes superficiais – não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque se fazem tatuar...<sup>11</sup>*

É necessário um passo além do desabafo de Eco. Seu compatriota Norberto Bobbio faz uma distinção que será de fundamental utilidade neste trabalho:

*Uma coisa é o problema da tolerância de crenças e opiniões diversas, que implica um discurso sobre a verdade e a compatibilidade teórica ou prática de verdades até mesmo contrapostas; outra é o problema da tolerância em face de quem é diverso por motivos físicos*

<sup>8</sup> Umberto Eco. *Cinco Escritos Morais*. p.111

<sup>9</sup> *Ibid.* p.112 (Os grifos são nossos)

<sup>10</sup> Nesse sentido, interessante já aqui registrar o dispositivo da Declaração dos Direitos do Homem da ONU (1948), que toca na garantia de liberdade religiosa (artigo 18): “Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de **mudar de religião** ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletivamente, **em público** ou em particular.” (os grifos são nossos). Häring e Salvoldi assim problematizam a mudança: “desde que o homem é homem, a convivência entre os indivíduos e entre os povos se baseou em dois princípios e por eles se guiou: de um lado, a procura, a afirmação e a defesa de uma identidade individual; de outro, o desejo de permuta e do encontro, com a conseqüente aceitação da mudança. A transformação (de si mesmo, do grupo de pertença, da cultura do próprio povo) que ocorre na mistura ou no encontro com os outros, com projetos de vida e culturas diferentes, é vista por alguns como enriquecimento, ao passo que outros reconhecem em tudo isto um perigo e um contágio. Particularmente lamentável e às vezes dilacerante é a presença deste dualismo no terreno religioso, justamente onde devem conviver a convicção de se estar abraçando a única religião verdadeira e ao mesmo tempo o respeito, a aceitação e mesmo o amor ao desigual”(op.cit.p.9-10). Veremos adiante que é na mudança de religião, no “proselitismo”, na “evangelização”, que realmente reside a grande dificuldade para a prática da tolerância. “De passagem, notemos a distinção entre *evangelização* (atividade legítima que a Igreja [católica] faz) e *proselitismo* (atividade ilegítima que as “seitas” [evangélicas] fazem)” (Paul Freston. *Protestantes e política no Brasil*. p. 11)

<sup>11</sup> Eco. *Cinco Escritos Morais*. p.114

*ou sociais, um problema que põe em primeiro plano o tema do preconceito e da conseqüente discriminação.*<sup>12</sup>

Atualmente o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias étnicas, lingüísticas, raciais e para os que são chamados de “diferentes”, como por exemplo os homossexuais. Mas tolerância em seu significado histórico predominante diz respeito à convivência de crenças religiosas — posteriormente políticas — diversas.

A questão fundamental que sempre foi posta pelos defensores da tolerância religiosa é como são compatíveis, teórica e/ou praticamente, duas verdades opostas. Já o problema do defensor da tolerância em face às minorias e ao diferente é de que maneira demonstrar que o mal-estar do preconceito deriva de formas irracionais e puramente emotivas de julgar os seres humanos (para Eco isso é impossível, pelo menos com adultos).

Por fim é interessante notar que historicamente o debate referente — exclusivamente — à possibilidade de convivência de confissões religiosas diversas nasce precisamente na época em que ocorre a ruptura do universo religioso cristão.

### **Identities: protestante, evangélica, pentecostal**

*Identidade é o que defendemos depois que a guerra já começou.*

Daniel Piza

A tolerância ou intolerância, conforme o discernimento de Bobbio, tem a ver com a questão da verdade. Tema especialmente caro aos evangélicos, pois “ser da verdade” é componente integrante de sua identidade.

São fundamentais na definição de identidade evangélica:

1. a exclusividade de Jesus como caminho de salvação;
2. obrigação de combater a idolatria;
3. um forte senso de “ter a verdade” e “ser diferente”;
4. um forte senso de obrigação de evangelizar, mas não apenas de semear o Evangelho para quem quiser ouvir, e sim expandir.

---

<sup>12</sup> Norberto Bobbio. *A Era dos Direitos*. p.203

Mas além desses traços, o que poderia ser considerado como identidade evangélica? Queremos aqui resgatar alguns esforços para esclarecer possibilidades definidoras de identidade evangélica, partindo de uma discussão prévia que traça uma linha evolutiva da análise weberiana até discussões mais recentes.

Weber defende no clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* uma tese (subsidiária) de que apenas bases materiais não teriam sido suficientes para a gênese do capitalismo moderno, e que a forma de encarar a vida do Protestantismo, em particular de seu ramo calvinista, foi *um dos* fatores que liberaram as energias sociais na direção da formação capitalística.

O espírito do capitalismo não é mero desejo de ganho, algo que sempre existiu (empresas aventureiras, que tiram seu lucro do espólio na guerra; ou mera manutenção de posições privilegiadas no aparelho de Estado que permitem corrupção), mas um sistema marcado pela separação da economia doméstica, contabilidade e organização racional do trabalho. O espírito capitalista é toda uma forma de vida que elege a aquisição não como algo meramente útil, mas um imperativo que, irrealizado, não denota tolice, mas falha no cumprimento de um dever. A marca característica do capitalismo é o racionalismo formal, a postura permanente de cálculo de custo/benefício no dia-a-dia, a ausência de constrangimentos morais e religiosos inibidores do acúmulo.

Uma vez delineado o que se entende por capitalismo, Weber investe na análise do que vem a ser a “ética protestante”, investigando especialmente o Calvinismo em sua doutrina central: a Predestinação. *Grosso modo*, tal doutrina assevera que Deus, em sua absoluta soberania e desígnios insondáveis, escolheu antes da fundação do mundo alguns para o gozo eterno e louvor de Sua glória, ao passo que outros foram designados para a danação eterna. Uma das conseqüências psicológicas dessa severa doutrina é a solidão do crente – sua salvação não depende da Igreja, nem do clero, nem dos sacramentos, o que acaba desembocando num individualismo essencial.

A ortodoxia calvinista mostrou-se incapaz de lidar com o problema pastoral de dar resposta a essa insegurança em matéria tão crucial à existência. Uma primeira solução foi simplesmente ensinar que todo crente tinha o dever de considerar-se salvo. Mas o resultado não intencional da doutrina mestra do Calvinismo é o ascetismo intra-mundano, a transformação dos fiéis em “monges” mergulhados neste mundo sem deles gozar, agentes auto-disciplinados dedicados inteiramente a servir à Glória de Deus em suas tarefas seculares, fazendo o melhor, ganhando o máximo possível, sem jamais ceder à tentação de usufruir dos prazeres disponibilizados pelo acúmulo material. A “certitudo salutis” vem desse “wordly

asceticism”. A confiança de ser um dos eleitos é conquistada pela via desse ativismo, da ascese que não se recolhe a mosteiros, mas elege o mundo, agora uma arena desencantada, como o palco de sua glorificação de Deus. O meio para se obter segurança de salvação é a entrega a uma vocação.<sup>13</sup> A salvação não vem por obras, Calvino repete Lutero. Mas as obras<sup>14</sup> garantem o status de eleito, retruca o atormentado calvinista.

O desencantamento do mundo, ou eliminação da magia do mundo, é outro aspecto importante da cosmovisão protestante. Deus é transcendental, e todo e qualquer ritual e emocionalismo é visto com desdém e desconfiança pelo calvinista. Assim, o mundo é parte da ordem criada por Deus, e uma das formas de conhecê-lo é conhecer a natureza.

A congruência entre ética protestante e espírito do capitalismo fica assim demonstrada por Weber:

1. ascetismo intra-mundano, a dedicação de toda a vida a uma vocação para a Glória de Deus combinada com a abstinência dos prazeres e lazeres (industriosidade + frugalidade), desmontou as amarras e constrangimentos espirituais contra o acúmulo e favoreceu a organização racional e sistemática (capitalista) da atividade humana;
2. desencantamento do mundo impulsionou a pesquisa científica;
3. a “solidão essencial” do calvinista abriu caminho para o individualismo e para as relações negociais despersonalizadas (contratuais) do capitalismo moderno.

Se antes a *certitudo salutis* foi alcançada pelo ascetismo intra-mundano em sua entrega total do indivíduo à vocação, de onde virá tal segurança agora, num mundo em que o trabalho é drasticamente posto em xeque, ou seja, a disciplina e entrega à vocação não dão mais conta do desafio de manter uma vida estável e as seduções do lazer, do entretenimento e do prazer são múltiplas, bombardeando via mídia a todos por variados e constantes meios, o que implica numa dificuldade imensa de resistência a seus apelos?

É importante frisar o trágico deste momento histórico em que o valor do trabalho se derrete. Vivemos o calor do desemprego, do subemprego e do trabalho irregular. Tudo que horrorizava à ética profissional puritana:

---

<sup>13</sup> Este anseio pela certeza da salvação é um exemplo de “interesse ideal”.

<sup>14</sup> O conceito de “obras” não deve ser entendido no calvinismo no sentido de atos isolados, mas de uma vida sistemática e racionalmente dedicada à vocação.

*“Fora de uma vocação bem sucedida, as realizações do homem são apenas casuais e irregulares, e ele gasta mais tempo na vadiagem do que no trabalho” [...] “ele [o trabalhador especializado] efetuará seu trabalho ordenadamente, enquanto um grupo permanecerá numa contínua confusão, não conhecendo sua atividade, nem tempo nem lugar... razão pela qual ter um ofício certo é o melhor para todos”. O trabalho irregular, que muitas vezes o operário comum é obrigado a aceitar, é, muitas vezes, um inevitável, mas, sempre um indesejável estado de transição. Assim, falta à vida do homem sem ofício aquele caráter sistemático e metódico requerido, como vimos, pelo ascetismo secular.<sup>15</sup>*

Em nossos tempos, em alguns setores da Igreja, o sentimento de garantia de salvação é alcançado por um alto nível de consumo, combinado ao pagamento regular de dízimos e ofertas a um Deus cuja paternidade legitima o desfrute, aqui e agora, daquilo que antes era sinal de adoração a Mamom (depois de conceder por Seu poder a conquista da riqueza). Pode-se especular que essa mudança tenha alguma relação com dois fenômenos opostos:

1. por um lado, a riqueza excessiva, especialmente nos EUA, de formação protestante, e entre as elites dos países periféricos, a qual demanda escapes para a culpa de ser próspero num mundo repleto de pobreza. A Teologia da Prosperidade elimina a culpa da riqueza. Mais do que isso, Deus abençoa a ostentação de riqueza, que é um direito de seus filhos. Afinal, eles são “filhos do Rei”;

2. de outro, a frustração das classes populares (e de parcelas das classes médias), na periferia do mundo regido pela globalização neoliberal, pela incapacidade de ascender socialmente seguindo o receituário tradicional — industriiosidade + frugalidade.<sup>16</sup> A Teologia da Prosperidade diz que a riqueza virá, se dermos dízimos, conquistando assim os favores de um Deus que “paga dividendos”. Usando ironia, poderíamos dizer que tais mudanças representam uma transição de modelo: de “industrial”/protestante para “financeiro”/neopentecostal.

---

<sup>15</sup> Max Weber. *Ética protestante e espírito do capitalismo*. p. 115 (citando Baxter)

<sup>16</sup> “For pentecostals, the ‘lost decade’ meant that traditional effects of conversion (honesty, frugality and hard work) were not as efficient in producing upward social mobility”. Paul Freston. “Popular Protestants in Brazilian Politics: A Novel Turn in Sect-State Relations”. *Social Compass* vol. 41 n° 4. 1994. (citado por Bastian. *op.cit.*)

Segundo Mariano<sup>17</sup>, denominações como Renascer, Universal do Reino de Deus, Nova Vida, Internacional da Graça de Deus e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra se adaptaram às promessas da sociedade de consumo, aos apelos do lazer e às opções de entretenimento criadas pela indústria cultural. Ou se mantinham sectárias e ascéticas, aumentando sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou faziam concessões.

Se a ética protestante foi co-geradora do espírito capitalista, para depois ser por ele completamente repelida, ou melhor, desprezada como irrelevante em suas raízes religiosas, agora o turbocapitalismo em sua fase ultraconsumista se lança com toda a força de sua influência sobre a “religião protestante”, e é co-genitor de profunda transformação doutrinária. Weber o “profetizou”:

*De acordo com a opinião de Baxter, preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do santo “como um ténue manto, do qual a toda hora se pudesse despir”. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro.*<sup>18</sup>

O que se vive no neopentecostalismo da teologia da prosperidade é pós-protestante em mais de um aspecto.<sup>19</sup> Um deles é a base ideológica para a vida econômica cotidiana.

O consumo abençoado não substitui a santa disciplina para o trabalho, mas representa um rompimento da interdição de gozo da riqueza acumulada disciplinadamente e uma queda de confiança no trabalho assalariado.<sup>20</sup> Representa a capitulação do ascetismo em que a

---

<sup>17</sup> “Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade”. *Novos Estudos* n° 44. março 1996. p.24ss

<sup>18</sup> Weber. *op.cit.* p.131

<sup>19</sup> Interessante notar, por exemplo, que o ritual e o emocionalismo, que são vistos com desconfiança pelo calvinista, são marcas dos cultos neopentecostais. Além disso, arriscamos dizer que, como ficará mais claro adiante, no quadro referencial montado por Bourdieu (*Gênese e Estrutura do Campo Religioso*), muitas denominações que classificamos utilizando tipos ideais weberianos como seitas lançadas por seus Profetas seriam melhor compreendidas enquanto empreendimentos mais acentuadamente mágicos comandados por seus Feiticeiros (ou tipos híbridos: “Profetas-Feiticeiros”). Outra pista neste sentido é a oposição entre feitiçaria como “coerção mágica” e a religião como “serviço divino”. Conforme Weber, citado e comentado por Bourdieu no apêndice ao texto citado (*Uma interpretação da religião de Max Weber*): “Pode-se designar com o nome de ‘religião’ e de ‘culto’ as formas de relação com os poderes sobrenaturais que se manifestam sob a forma de preces, sacrifícios, veneração, em oposição à ‘feitiçaria’, considerada como ‘coerção mágica’; e, de modo correlato, pode-se chamar ‘deuses’ os seres que são venerados e invocados religiosamente e ‘demônios’ os que são objeto de uma coerção e de uma evocação mágica.” (*Gênese...* p.91, citando *Economia e Sociedade*). Difícil escapar da dedução de que, em muitos aspectos, a IURD e correlatas — que internalizaram radicalmente a Teologia da Prosperidade — de certa maneira “demonizam Deus”, pois sua coerção constitui constante no culto (basta reparar na insistência com que os crentes “declaram” e “exigem direitos” como “filhos do Rei”).

<sup>20</sup> Tanto IURD quanto Renascer em Cristo incentivam sistematicamente seus membros a abrir seus próprios negócios.

neurose da proibição de gastar mais do que o estritamente necessário acaba desembocando numa obsessão doentia — equivalente — de aquisição material.

Essa revanche do desejo impulsiona os crentes ao usufruto das boas coisas do mundo (traduz-se: compra de bens de consumo). Um mundo, vale dizer, já não mais desencantado, e aqui encontramos outra virada: a “revanche do encantamento”<sup>21</sup>, no sentido de quebra do consenso e confiança da sociedade de fim de século em torno da razão e da ciência.

A ética neopentecostal por excelência é a aplicação combinada da Teologia da Prosperidade e da doutrina da Batalha Espiritual. A primeira é uma ênfase no aqui/agora que põe em segundo plano temas tradicionais da prédica protestante (arrependimento de pecados, graça salvadora, reconciliação com Deus pelo sacrifício de Cristo na Cruz) e destaca agressivamente a possibilidade da resolução imediata de problemas e de se ter uma vida saudável e próspera. A promessa central é que todo crente tem direito de gozar saúde e prosperidade nesta vida:

*Nós, como cristãos, não precisamos sofrer reveses financeiros; não precisamos ser cativos da pobreza ou da enfermidade! Deus proverá a cura e a prosperidade para Seus filhos se eles obedecerem aos Seus mandamentos [...] Deus quer que Seus filhos tenham o melhor de tudo.*<sup>22</sup>

Se para a religião protestante de talho calvinista a pobreza foi vista como virtude<sup>23</sup>, para a religião pós-protestante de talho neopentecostal a pobreza do crente não é menos que falta de fé, uma contradição em termos. A pobreza do não crente é o fruto de sua não conversão, portanto, um problema de sua exclusiva alçada (ele está “entregue ao demônio da bebedeira”, ou “é escravo dos demônios da umbanda”, e assim por diante).

Escobar apresentou outra contribuição para traçar a identidade evangélica:

---

<sup>21</sup> Não confundir com “revanche do sagrado”, tese aliás passionalmente rejeitada por Pierucci, como se verá.

<sup>22</sup> Kenneth Hagin, *Novos Limiares da Fé*, Rio de Janeiro: Graça Editorial. p.66. Mariano cita em *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade* declarações de Edir Macedo que reproduzem essa concepção.

<sup>23</sup> Tal colocação evidentemente precisa ser qualificada dentro do quadro descrito por Weber de entrega disciplinada do calvinista a uma vocação, atitude permanente de cálculo, ganho e acúmulo e interdição do gozo da riqueza acumulada. Assim, essa “pobreza” é o **não-gastar** do calvinista completamente absorvido em seu trabalho para a Glória de Deus: “Esse ascetismo secular do protestantismo [...] opunha-se, assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou [...] como diretamente desejada por Deus. A luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais era [...] não uma

1. *Herança Teológica da Reforma: somente a fé, somente a graça, somente a escritura, somente Cristo;*
2. *Paixão Evangelística, fruto dos grandes Reavivamentos do século XVIII, sobretudo o de Wesley;*
3. *Piedade Pessoal, característica do despertar no luteranismo alemão de fins do século XVII, que conhecemos como Pietismo – ênfases na decisão pessoal, na experiência de relação com Deus, vida de oração/piedade, intensa vocação missionária;*
4. *Postura Anabatista de Separação entre Igreja e Estado;*
5. *Ética Puritana, uma vida distinta e consagrada a Deus, com altos níveis de conduta;*
6. *Dimensão Social do Evangelho: claro sentido de serviço, de obrigação social e de postura profética perante os males da sociedade.<sup>24</sup>*

Também reproduz-se aqui a caracterização empreendida por Bebbington:

1. *Conversionismo: ênfase na necessidade de mudança de vida;*
2. *Ativismo: ênfase no esforço evangelístico e missionário (a novidade que distinguiu o “evangelicalismo” de certas formas anteriores de protestantismo);*
3. *Biblicismo: importância especial atribuída à Bíblia;*
4. *Crucicentrismo: ênfase na centralidade do sacrifício de Cristo na cruz.<sup>25</sup>*

Bastian<sup>26</sup> aponta traços diferenciadores do pentecostalismo em relação à velha tradição protestante e ao catolicismo hegemônico na América Latina. O primeiro é o “dizer” do pentecostalismo, se chama glossolalia e é um “falar em línguas”, que se revela através de uma série de sons incompreensíveis. A glossolalia é um discurso de pobre, cuja comunicação verbal dá a aparência de uma forma de linguagem, como forma extraordinária e arcaica de palavra. A função de tal linguagem é a de criar a emoção, até levá-la a seu paroxismo e alcançar uma rapsódia divina. A pobreza se dilui na emoção.

Mas esse discurso arcaico não é incompatível com a hipermodernidade televisiva. Ao contrário, cria-se uma cadeia de discursos com a forma arcaica de glossolalia, em um polo, e

---

campanha contra o enriquecimento, mas contra o uso irracional da riqueza. (Weber, *op.cit.* p.122).

<sup>24</sup> Samuel Escobar, “Qué Significa Ser Evangélico Hoy?” *Misión*, 1,1, março-junho de 1982, p.14-8, 35-9, citado por Paul Freston em *Fé Bíblica e Crise Brasileira*. 1992. pp.9-10

<sup>25</sup> David Bebbington, *Evangelicalism in Modern Britain*, citado por Freston, *op.cit.*

no outro, a forma hipermoderna de comunicação representada pelos televangelistas. Em ambas se cumpre uma mesma função, se fala aos pobres e se cancela a pobreza.

Paralelamente a um dizer, o pentecostalismo é um duplo fazer em torno da taumaturgia e do exorcismo. A prática taumatúrgica dos milagres e da “cura divina” inscreve o pentecostalismo na longa permanência das tradições pré colombianas e afroamericanas, nas quais sempre se pôs ênfase sobre o caráter mágico da cura. Certamente, o pentecostalismo pretende romper com as práticas religiosas mágicas tradicionais. Os espíritos da religião popular se encontram condenados pelo pentecostalismo, a eles é dirigida uma “guerra santa espiritual”, ou melhor, batalha espiritual, mas a sua eficácia não é negada. As forças espirituais da igreja pentecostal têm apenas que se manifestar como mais poderosas. Assim, o pobre que entra no movimento pentecostal reencontra o que conhecia no universo religioso tradicional. A enfermidade é percebida de maneira idêntica, como um momento de desorganização de elementos constitutivos da personalidade. A enfermidade se apresenta como o sinal de uma maldição. Assim, a outra face do fazer religioso pentecostal é exorcismo. É preciso expulsar os demônios. Para isso, o transe religioso, a possessão no imaginário popular brasileiro, se inscreve nos registros das mentalidades religiosas populares. Os espíritos do universo religioso tradicional estão desqualificados, porém ao mesmo tempo são nomeados e reconhecidos.<sup>27</sup> Estes participam do dispositivo terapêutico da guerra espiritual que empreende a seita pentecostal. Tanto por sua forma de organização como por seu sincretismo religioso ativo, os pentecostalismos latinoamericanos se revelam como uma genuína expressão religiosa popular, e além disso, verdadeiros espaços que facilitam o surgimento de dirigentes independentes dos mecanismos de controle religioso católico.

Bastian joga a possibilidade de a força do pentecostalismo residir em sua capacidade de ruptura com a subordinação à ordem católica, sem mudar a estrutura da religião do pobre urbano. Tira os santos, porém restitui, reformulado, o imaginário mágico articulado a formas hipermodernas de comunicação e de gestão.

---

<sup>26</sup> *La Mutación Religiosa de America Latina*. p. 139-52

<sup>27</sup> “(...) nesse afã inquisitorial, ironicamente, a Universal legitima (ainda que pelo avesso, demonizando o que nas religiões rivais é santo, espírito de luz) e incorpora, sincreticamente, elementos da crença, do rito e da visão de mundo da umbanda, do candomblé e mesmo do catolicismo popular. Ao invocar, incorporar, humilhar e exorcizar deuses do panteão das religiões inimigas, torna-se parte integrante da sua própria identidade. Isto é, sem o Diabo, o Grande Adversário incessantemente combatido e expulso, travestido ritualmente nas conhecidas e, muitas vezes, estigmatizadas figuras do Exú, dos caboclos, pretos-velhos e orixás, a Universal não seria o que é nem o que presume ser.” (Ricardo Mariano. “Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada”, *Revista USP*, nº31, , set/out/nov-1996)

Rompe com a hierarquia católica, mas restabelece o modelo corporativista de controle, multiplicado por centenas de pastores-patrões, bispos “naturais” do movimento que têm criado. Enquanto o catolicismo, por seu sistema hierárquico rígido e pelo monopólio sustentado por um clero em sua maioria branco, impede o acesso à posição de dirigente religioso ao indivíduos mais empreendedores de origem índia, negra ou mestiça, os pentecostalismos oferecem a possibilidade de multiplicar as hierarquias religiosas em torno de indivíduos dotados de carisma, arraigados nos setores subalternos das sociedades latinoamericanas.

Embora recentes, os novos cultos se encontram em afinidade eletiva com o imaginário religioso preexistente, pois o milenarismo pentecostal, a prática (revivida) de milagres e o falar em línguas estranhas se inserem em continuidade com o universo onde predomina a pobreza, o analfabetismo e as enfermidades endêmicas. As seitas oferecem a vantagem, em relação ao catolicismo dos costumes, de serem portadoras de certa modernidade sem deixar de ser ancoradas no imaginário prévio.

Assim, para Bastian, são elementos do pentecostalismo:

*1. teologia oral, informal, implícita, não sistematizada, fundada em Atos capítulo 2 (a descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes) e no Apocalipse; literalista e fundamentalista. Rejeita toda a relação cognitiva e crítica com a tradição religiosa cristã; nega a historicidade; emperra o acesso culto ao texto bíblico (o recurso ao texto é um pretexto). Seu veículo privilegiado é o “louvor”, não o texto.*

*2. línguas estranhas: “linguagem de pobre”, em que a pobreza se dilui — é “cancelada” — na emoção, “frente à beleza e grandeza divina”;*

*3. operação de milagres;*

*4. práticas de exorcismos.*

Freston<sup>28</sup> qualifica os pentecostais como distintos teologicamente pela ênfase nos dons do Espírito Santo, como línguas, curas e profecias, e sociologicamente pela evangelização quase sempre das camadas pobres. Apresentam alto índice de prática e forte senso de minoria aliado à natureza sectária<sup>29</sup> da socialização pentecostal.

### **Mudança no campo religioso brasileiro**

*A tímida brecha protestante aberta no monopólio religioso católico no século XIX agora constitui ameaça à hegemonia católica.*

Paul Freston

Um potencializador das fricções testemunhadas é precisamente o movimento de fronteiras no campo religioso brasileiro.

Pierucci vê o recente fenômeno religioso brasileiro – rejeitando veementemente as teses de “revanche de Deus” e “reencantamento do mundo” – como componente da inevitável secularização da sociedade brasileira e por isso mesmo garantia de liberdade religiosa:

*Quanto mais esse alardeado fortalecimento da religião em nossa sociedade depender do aumento real da oferta de religiões e de sua diversificação interna, da extensão do leque de opções religiosas ao alcance de cada indivíduo, do crescimento numérico e diversificado de organizações religiosas diversas entre si nas promessas que fazem para disputar as mesmas almas, tanto mais essa sociedade avançará no sentido de produzir para si, não o reencantamento do mundo, mas a própria dessacralização da cultura como **condição de possibilidade do trânsito religioso legítimo dos indivíduos e grupos e, por conseguinte, da apostasia religiosa como conduta socialmente aceitável e individualmente reiterável** [g.n.]. No mundo globalizado de agora, [...] quanto maior o número de religiões compartilhando o mesmo espaço-tempo comprimido, tanto mais se intensifica a secularização estrutural da*

---

<sup>28</sup> Paul Freston. *Protestantes e política no Brasil*. pp. 2 e 21.

<sup>29</sup> “A Igreja constitui um grupo social natural semelhante à família ou nação; a seita é uma associação voluntária. A diferença é clara. Os membros da igreja nascem nela; os membros da seita devem aderir a ela. As igrejas são instituições inclusivas, freqüentemente de âmbito nacional e acentuam o universalismo do Evangelho; as seitas são de caráter exclusivo, apelam para elementos individualistas do cristianismo e ressaltam as exigências éticas. Numa Igreja, a condição de membro é socialmente obrigatória em consequência natural do nascimento numa família ou nação, e não privilegia condições e exigências especiais; a seita, por outro lado, provavelmente exija algum tipo de experiência religiosa como pré-requisito para a filiação.” H. Richard Niebuhr *As Origens Sociais das Denominações Cristãs*. p.19

*cultura. [...] o processo histórico-cultural de secularização se projeta como busca e, a um só tempo, garantia de liberdade religiosa para todos, autonomizando-se desse modo em relação à trajetória ascendente ou declinante de cada competidor religioso em particular, de cada instituição que administra a salvação, de cada “igreja” e, para completar, autonomizando-se também em relação ao timing próprio dos awakenings e revivals religiosos, que podem acontecer e durar o quanto puderem. [...] Noutras palavras: liberdade religiosa implica um grau mínimo de pluralização religiosa; e pluralismo religioso não é apenas resultado, mas fator de secularização.<sup>30</sup>*

Bastian assinala a metade da década de 50, aproximadamente, como o marco para a transformação do mapa religioso, o mais importante movimento religioso desde o século XVI (em Guatemala, Chile e Chiapas — sul do México — para exemplificar, até 25% da população não participa mais da mediação sagrada tradicional). Surgem então fenômenos religiosos efervescentes e atomizados, empresas independentes de salvação<sup>31</sup>, em competição e concorrência acirrada entre si e especialmente contra a Igreja Católica.

O quadro apresentado por Bastian pode ser resumido como a mutação da economia religiosa do monopólio à economia religiosa da competição aberta, inédita em quatro séculos e meio, demonstrando tendência à atomização, fragmentação em centenas de sociedades religiosas, desregulamentação do campo, rivalidade, ruptura, combatividade e confrontação.

Nesse inédito contexto, as duras encíclicas e cartas pastorais combatendo as seitas refletem a impotência católica para contrapor-se ao fenômeno. A Igreja Católica, deslocada de seu papel central na regulação do campo religioso e atada por estruturas medievais, não controla mais a dinâmica religiosa criativa das populações e assiste à perda das massas.

Freston<sup>32</sup> indica, no novo contexto religioso brasileiro, três elementos de mudança: o crescimento numérico de evangélicos, sua entrada na política e sua presença nos meios de comunicação. A “virada” não vem sendo bem recebida porque implica numa radical troca de padrão:

*Se os pentecostais fossem um grupo étnico, seus costumes diferentes seriam valorizados e sua contribuição aos valores nacionais reconhecida. Mas são um grupo proselitista exclusivista. Este é o cerne da questão. O “mal” do pentecostalismo consiste*

---

<sup>30</sup> Antônio Fávio Pierucci. “Reencantamento e dessecularização”. p.115

<sup>31</sup> Bastian aqui cita Bourdieu, a quem recorrer-se-á com mais detalhe logo adiante.

sobretudo em romper com o padrão brasileiro de organização do campo religioso a nível de massas. Como disse Weber (1974, 393): “Com exceção do judaísmo e do protestantismo, todas as religiões tiveram de adotar de novo o culto dos santos, dos heróis ou dos deuses funcionais, ao adaptarem-se às necessidades das massas”.

*A tradição religiosa brasileira é sincrética, mas o modelo que se firma no país é o pluralista. A diferença é matemática: no sincretismo, as religiões se somam; no pluralismo, elas se subtraem. O modelo sincrético é de uma relação não-exclusiva; no Brasil, temos um sincretismo hierárquico, o qual combina a relação não-exclusiva com a aceitação da hegemonia institucional católica. O modelo pluralista é de várias opções em pugna.*

*[...] A polêmica em torno do pentecostalismo tem a ver com a formação de uma religiosidade popular protestante, a primeira religiosidade popular a rechaçar conscientemente o campo de forças institucional da Igreja Católica*

*[...] Os praticantes da religião expansionista são rotulados de “fanáticos” e “agressivos”, quando apenas agem de acordo com o modelo. Querer uma dedicação exclusiva à sua religião e a maior fatia possível do mercado religioso é o próprio motor do modelo pluralista. Por outro lado, querer que as pessoas somem as suas adesões e não se subtraíam de um campo-de-forças geral é precisamente o modelo sincrético hierárquico, com uma grande instituição hegemônica, qual sol, e satélites tolerados ao redor.<sup>33</sup>*

Finalmente, alimentados por tais interpretações, o que se quer é frisar que à tolerância reinante num campo “congelado” corresponde a intolerância num campo em mutação ou em ajustamento. Walzer quase formula uma equação:

*A tolerância de práticas religiosas de minorias depende de sua visibilidade ou notoriedade e do grau de escândalo que provocam na maioria.<sup>34</sup>*

### **Razões para a Tolerância**

---

<sup>32</sup> Freston. *op.cit.* p.6.

<sup>33</sup> *ibid.* p.20.

<sup>34</sup> Michael Walzer. *Da Tolerância*. p. 90. Pode-se ironizar que exatamente um escândalo foi o que o bispo da Universal conseguiu causar com seu gesto televisionado. Sempre considerando que antes, foi ao ar na TV Globo a escandalosa (para os evangélicos) minissérie “Decadência”.

Segundo Bobbio<sup>35</sup>, quando o tolerante acusa o intolerante de fanatismo, o intolerante se defende acusando-o de ser cético ou indiferente, alguém que não tem convicções fortes e que não crê na existência de qualquer verdade pela qual valha a pena lutar. Assim, o tolerante tolera não porque esteja seriamente empenhado em defender o direito de cada um a professar a própria verdade, no caso em que tenha uma, mas porque não dá a menor importância à verdade.

A razão “mais vil” para a tolerância é a sua percepção como mal menor, ou seja, é a sua adoção por prudência, pois “a intolerância não obtém os resultados a que se propõe”. Por ser razão prática, varia de acordo com a correlação de forças. Se sou o mais forte, permito – sempre atento – o erro alheio por astúcia, para manter a mancha oculta. Se sou o mais fraco, suporto o erro alheio por estado de necessidade, para não ser esmagado. Se somos iguais, adotamos o princípio da reciprocidade:

*Se me atribuo o direito de perseguir os outros, atribuo a eles o direito de me perseguirem. Hoje é você, amanhã sou eu. Em todos esses casos, a tolerância é, evidentemente, conscientemente, utilitaristicamente, o resultado de um cálculo e, como tal, nada tem a ver com o problema da verdade.*<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> *A Era dos Direitos*. p.203ss

<sup>36</sup> *ibid.* p.207

Mesmo nesse nível elementar, percebe-se a diferença entre o tolerante e o cético ou indiferente, pois para este último não importa que a fé triunfe, mas o tolerante por razões práticas dá muita importância ao triunfo de uma verdade, a sua, apenas considera que através da tolerância o combate ao erro é melhor empreendido.

A tolerância pode significar a escolha do método da persuasão ao invés da coerção. Aqui não há mais apenas o ato de suportar resignadamente o erro, mas já existe uma atitude de confiança na razoabilidade do outro.

*Seria de desejar que um dia se permitisse à verdade defender-se por si só. Muito pouca ajuda lhe conferiu o poder dos grandes, que nem sempre a conhecem e nem sempre lhe são favoráveis [...] A verdade não precisa da violência para ser ouvida pelo espírito dos homens; e não se pode ensiná-la pela boca da lei. São os erros que reinam graças à ajuda externa, tomada emprestada de outros meios. Mas a verdade, se não é captada pelo intelecto com sua luz, não poderá triunfar com a força externa.<sup>37</sup>*

Assim, se o outro deve chegar à verdade, deve fazê-lo por convicção íntima e não por imposição.

---

<sup>37</sup> John Locke. *A letter concerning toleration*. pp. 19ss

Além das razões de método, pode-se argumentar em favor da tolerância uma razão moral: o respeito à pessoa alheia. Também aqui a tolerância não se baseia na indiferença ou renúncia à própria verdade, mas na firme crença no respeito à pessoa alheia, portanto sob inspiração num dever absoluto, que é o caso do respeito à liberdade do outro.

A última razão para a tolerância, segundo Bobbio, seria de caráter teórico, e baseada nas doutrinas filosóficas pelas quais a verdade só pode ser alcançada através do confronto, ou mesmo da síntese de verdades parciais. Bobbio indica três posições filosóficas representativas desse postulado: o sincretismo, o ecletismo e o historicismo relativista.

A tolerância como fruto do bom senso é a exortação de Bobbio:

*A exigência da tolerância nasce no momento em que se toma consciência da irreduzibilidade das opiniões e da necessidade de encontrar um modus vivendi (uma regra puramente formal, uma regra do jogo), que permita que todas as opiniões se expressem. Ou a tolerância, ou a perseguição: tertium non datur.*<sup>38</sup>

<b>Razões para a Tolerância</b>
adoção por prudência, razão varia conforme a correlação de forças
adoção do método da persuasão ao invés da coerção
adesão pelo princípio do respeito à pessoa alheia
adesão pelo convicção de que a verdade só pode ser alcançada pela síntese de verdades parciais

---

<sup>38</sup> *A Era dos Direitos*. p.213

## Concorrência e Intolerância

Uma das propostas centrais desse trabalho é entender a intolerância dentro da lógica de concorrência, evitando-se que o tema se restrinja a conceitos vagos.

Pierre Bourdieu<sup>39</sup> apresenta o fenômeno religioso como um campo<sup>40</sup> onde a dinâmica fundamental é a concorrência.

Não são todas as instâncias religiosas (indivíduos e instituições) que necessariamente se lançam na luta pelo monopólio religioso. É a posição no campo, e não o capital religioso específico disponível que atua como o determinante da decisão de engajamento na luta/concorrência pelo poder/monopólio. Essa dedução fica clara quando analisarmos o empreendimento profético. O profeta não possui capital inicial mas a despeito disso concorre. O determinante é sua posição inconsistente no campo combinada à posição social relativamente elevada.

São dois os objetos de monopolização na concorrência: a gestão dos bens de salvação, para a qual será preciso constituir uma burocracia que garanta a continuidade e o exercício do poder de modificar as representações e práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso ajustado a uma visão política do mundo social. A luta pelo monopólio é a concorrência pela legitimidade do controle da formulação ideológica e da aplicação cotidiana dessa ideologia.

O capital religioso determina as estratégias para satisfação dos interesses religiosos e as funções na Divisão do Trabalho Religioso; depende da relação entre demanda e oferta, ou mais especificamente, da força material e simbólica dos grupos que a instância pode mobilizar. Como mobiliza? Oferecendo bens e serviços capazes de satisfazer os interesses religiosos. A natureza desses serviços depende de sua posição no campo e do capital religioso de que a instância já dispõe. Assim instaura-se uma relação circular/dialética, pois:

---

<sup>39</sup> Pierre Bourdieu. “Gênese e Estrutura do Campo Religioso”. *A economia das trocas simbólicas*.

<sup>40</sup> Um termo técnico e específico no pensamento do autor, de superação do conceito de contexto: “em lugar de formatar um novo arrazoado teórico para o lugar e os efeitos do contexto no processo de determinação de qualquer produto cultural, ou melhor, em vez de renomear, por exemplo, os ligamentos entre as obras de arte e os condicionamentos de sua produção e recepção, preferiu qualificar os processos de constituição dos espaços sociais competitivos em que se movem os agentes produtores e consumidores desses produtos por intermédio do conceito-chave de “campo” e de toda uma constelação de noções auxiliares, “habitus”, “capital”, “competência”, “autoridade”etc. (Miceli. *Um intelectual do sentido*. 1999). Um dos conceitos-chave “que compõem o núcleo duro da sociologia de Bourdieu — *habitus*, capital, campo, espaço social, violência simbólica [...]” (Wacquant. *A base comum e as fissuras na obra de Durkheim e Bourdieu*. 1997)

*o capital de autoridade que as diferentes instâncias podem utilizar na concorrência que as opõe é o produto das relações anteriores de concorrência.*<sup>41</sup>

Se para a entrada em concorrência a condição é a posição no campo, as armas apresentadas em plena concorrência são determinadas pelo capital disponível conjugado à posição “de largada”.

A concorrência se dá via oposição entre a Igreja e o Profeta e sua Seita, e em outro nível, entre Igreja e Feiticeiro.

A Igreja luta impedindo a entrada de novas empresas de salvação no mercado<sup>42</sup> e o “self service” religioso, a busca individual de salvação. Para isso controla o acesso aos meios de produção e delega monopólio a um corpo de sacerdotes substituíveis e ao mesmo tempo não sujeitos a oscilações decorrentes de eventuais fracassos.<sup>43</sup> Instala-se uma burocracia que promove a ação contínua e ordinária de manutenção, reproduzindo o corpo de sacerdotes mas também reproduzindo leigos com *habitus*. Ou seja, a burocracia reproduz os produtores de bens e igualmente reproduz

*o mercado oferecido a estes bens, a saber, os leigos (em oposição aos infieis e aos heréticos) como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (habitus religioso) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos.*<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> *ibid.* p.58

<sup>42</sup> “Como grande instituição, [a Igreja Católica] se preocupa mais com a perda de fiéis para outros grupos que congregam as pessoas em comunidades *exclusivistas*, cortando totalmente os vínculos com o catolicismo, do que com a ameaça mais difusa das várias formas de espiritismo e esoterismo (este, muito mais distante da fé católica do que o pentecostalismo e, a longo prazo, uma ameaça mais insidiosa). A diferença está no nível de perigo para a hegemonia institucional a curto prazo. A *instituição* reage mais facilmente a ameaças *institucionais* do que à erosão de uma visão de mundo cristã [...] A Igreja Católica [no Brasil] está numa situação difícil. Sente que precisa contra-atacar mas, com toda a herança de igreja nacional, hesita em entrar em cheio no mercado religioso. Contudo, os pudores vão se enfraquecendo”. Freston. *Protestantes e Política...* p.11 (o autor escreveu em 1993, antes portanto do fenômeno Padre Marcelo).

<sup>43</sup> “Na tradição cristã há dois conceitos de “vocação” ao ministério [...] Algumas igrejas têm sistemas de credenciamento pelos quais a vocação subjetiva é aprovada pela instituição. Por outro lado, há um conceito que se opõe a essa iniciativa organizacional e insiste que a “vocação” é um mistério que se comprova pelos frutos. [...] Esses dois conceitos de vocação tendem a produzir tipos sociológicos diferentes, e nisso reside outra razão pelo tratamento antipático dado aos pentecostais. O funcionário da grande instituição religiosa goza de *status* social e segurança financeira (ainda que modesta). Seu ‘estilo’ reflete não só a formação privilegiada mas também a proteção que a instituição lhe dá do impacto direto do mercado religioso. Livre da necessidade de ser bem-sucedido numericamente, pode cultivar a ‘nobreza’ de sua profissão [...]. O ‘autônomo’, por outro lado, está livre de controles institucionais, mas paga o preço da precariedade financeira. Resulta disso o ‘estilo’ empresarial que tanto ofende aqueles para quem o ‘estilo’ de líder religioso deve ser o do agente de uma corporação monopolística ou oligopolística”. *ibid.* p.9-10.

<sup>44</sup> *A economia das trocas simbólicas*. p.59. (Grifos nossos)

A lógica de funcionamento da igreja – sua prática sacerdotal, a forma e conteúdo da mensagem – é resultante de coerções internas e forças externas. As forças externas são os interesses religiosos somados à concorrência do profeta e do feiticeiro. Para entender a mensagem é preciso observar o jogo entre o interno e o externo. Quanto mais se amplia e diversifica a área de difusão da mensagem, mais as forças externas explicam seu conteúdo, que é adaptado em nome de concessões e acomodações.

A conservação do monopólio depende do reconhecimento pelos excluídos da legitimidade da exclusão. A Igreja atua suprimindo ou anexando, cooptando os concorrentes.

Quando a Igreja detém o monopólio total, a concorrência ocorre via oposição entre Ortodoxia e Heresia. Os conflitos no subcampo dos teólogos são inevitáveis mas tendem a ser restritos ao subcampo. Os cismas clericais só se tornam heresias populares quando se confundem com um conflito litúrgico.

O profeta luta acumulando capital inicial pela conquista permanente de autoridade, sujeita às flutuações entre oferta e demanda. Seu capital inicial deve ser entendido como aptidão de denúncia do que o poder religioso escamoteia. Sua garantia é sua pessoa. O profeta depende da aptidão para mobilizar interesses virtualmente heréticos e avançar na dessacralização do “sagrado” – arbítrio naturalizado – e na sacralização do sacrilégio. Ascetismo, penitências físicas e renúncia ao lucro são suas marcas registradas:

*o profeta deve de algum modo legitimar sua ambição de poder propriamente religioso pelo recalque mais absoluto do interesse temporal (isto é, sobretudo político)*

Mas...

*o desinteresse cumpre uma função interessada enquanto componente do investimento inicial exigido por toda empresa profética.*<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> *ibid.* p.61

O profeta pretende impôr uma doutrina e utiliza a prédica com vistas à cura das almas. À sua ação, dirigida a leigos portadores de uma crítica intelectualista, a Igreja reage reforçando a “pasteurização” de liturgia e dogma e a discriminação através de signos distintivos e doutrinas que marcam nitidamente a originalidade da comunidade e neutralizam o indiferentismo e portanto a facilidade de passagem à religião concorrente.

Não se pode explicar o êxito do profeta sem olhar para fora do campo religioso. O profeta, de extração social relativamente elevada com posição religiosa inconsistente, é o homem das situações de crise, da qual é mais intérprete do que senhor.

Não é o homem extraordinário de Weber, mas o homem da situação extraordinária. A profecia não é mensagem nova, mas mensagem antiga vulgarizada para públicos novos.

*A crise da linguagem ordinária exige ou autoriza a linguagem de crise e a crítica da linguagem ordinária. A revelação, ou seja, o fato de dizer o que vai ser ou de dizer o que era impensável porque indizível, sucede nos momentos em que tudo pode ser dito porque tudo pode ocorrer.*<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> *ibid.* p.75

O feiticeiro responde às demandas parciais e imediatas, renuncia ao domínio espiritual, não tem intenção de proselitismo e usa seu discurso como técnica de cura do corpo. Sua clientela são as classes inferiores. Ele é submisso ao interesse material, trabalha por encomenda. Há uma vantagem didática na observação de sua atividade:

*o feiticeiro pode assumir explicitamente seu papel na relação vendedor/cliente que constitui a verdade objetiva de toda relação entre especialistas religiosos e leigos.*<sup>47</sup>

A Igreja reage ao feiticeiro via ritualização e canonização de crenças populares.

A manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política. A igreja mantém a ordem inculcando esquemas de percepção, pensamento e ação que logram a naturalização do arbitrário, o consenso em torno da ordem:

*A contribuição mais específica da Igreja (e geralmente, da religião) para a manutenção da ordem simbólica reside menos numa transmutação para a ordem mística do que em uma **transmutação para a ordem lógica** a que ela sujeita a ordem política.*<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> *ibid.* p.61

<sup>48</sup> *ibid.* p.71. (Grifos do autor)

A Igreja continua a contribuir na manutenção da ordem política combatendo o profeta e o herege, neutralizando por supressão ou cooptação o conteúdo simbólico da tentativa de subversão.

Tais contribuições não eliminam a tensão entre poder político e religioso. Essa tensão comanda a configuração do campo religioso. E conforme essa configuração, a profecia vai adotar formas diferentes.

A revolução política só é plena quando tem seu profeta operando a revolução simbólica, pela qual não se pode mais pensar/nominar a revolução política conforme os esquemas do mundo que foi derrubado.

Após essa breve revisão da teoria de Bourdieu, as possibilidades de manobras concorrenciais ficam assim esquematizadas:

<b>Estratégias Ofensivas</b>	
<b>Profeta</b>	<b>Feiticeiro</b>
ascetismo	materialismo
renúncia do lucro	renúncia do domínio espiritual
imposição de doutrina	não proselitismo
prédica para cura da alma	discurso para cura do corpo
alvo: leigos intelectualizados	alvo: classes inferiores

<b>Estratégias Defensivas</b>	
<b>Geral: Eliminação / Anexação</b>	
<b>contra o Profeta</b>	<b>contra o Feiticeiro</b>
sistematização	ritualização
diferenciação/discriminação	canonização

**Lições sobre Intolerância estampadas nas páginas dos jornais**

Logo no início da leitura das reportagens publicadas em 1995, selecionadas para esta análise, fica evidente que, enquanto para a imprensa representada pela Folha de S.Paulo — e também para a Igreja Católica, setores da intelectualidade e correntes protestantes —, a atitude “proselitista” da Universal representa a essência de sua intolerância, para a Universal — em artigos e editoriais na sua Folha — “ecumenismo” não passa de uma estratégia católica de cooptação, e abrir mão do proselitismo, ou da evangelização, seria abrir mão de sua identidade.

Paralelamente, quando aparece, a tolerância que se esboça na história do Ano Internacional da Tolerância no Brasil é quase sempre a mais “pobre” possível, pela tipologia bobbiana, ancorada sempre em tática, no cálculo de mal menor, orientada pelas percepções circunstanciais de correlação de forças.

Levando em conta essas duas constatações básicas — e no âmbito da Teologia Prática, área em que esse trabalho foi amadurecido — queremos assumir a pretensão de indicar possibilidades de aprimoramento qualitativo quanto ao que poderia ser um ensino da tolerância entre evangélicos.

Mas antes seria muito interessante observar, ainda com mais atenção, como se revela a linha argumentativa dos articulistas e editorialistas da Folha de S.Paulo. Em resumo é a seguinte: eu posso mudar de religião, mas não posso tentar mudar a religião de ninguém.

Retomando Bobbio, até podemos buscar um *modus vivendi* que permita a todas as opiniões se expressarem. O problema é que atualmente a expressão que pesa, em nossa sociedade, é... via televisão. Assim, a impressão que fica depois da leitura do material de análise da Folha de S.Paulo é de um consenso, ou estrutura de plausibilidade, em que tenho direito de expressar minha crença, desde que não use a televisão, desde que não apareça muito. Usando a “equação” de Walzer: desde que não se torne notório ou cause escândalo demais. Posso expressá-la de forma *low profile*, jamais fazer propaganda:

*De todo esse episódio, é de se lamentar que as igrejas, em suas ambições universalizantes, usem do proselitismo e da propaganda — em seu pior sentido — para tentar impor seu credo a todos. A escolha da religião a ser seguida (ou mesmo o ateísmo ou o agnosticismo) é ou deveria ser uma decisão de foro íntimo de cada cidadão.<sup>49</sup>*

---

<sup>49</sup> *A Batalha de Deus*. Editorial. FSP. 8-set-95. p.1-2.

De tudo que foi escrito, a única articulista que percebe isso, mas apenas num relance, num rápido e fortuito comentário, quase numa confissão de algo que lhe incomoda, é Esther Hamburger:

*há algo de genuíno na retórica ressentida, de 'culto dos excluídos', proferida por pastores. A Umbanda e o Candomblé ... são mais facilmente assimilados do que os pentecostais. Talvez porque [os pentecostais] se façam ouvir pela TV.<sup>50</sup>*

Por outro lado, se não houve derramamento de sangue como chegou a anunciar um líder umbandista no calor do embate de 1995, ser discriminado na TV, numa sociedade pautada pelo que aparece na telinha, é uma enorme violência simbólica.

Já a legitimação de um trânsito fácil entre religiões (que Pierucci identifica como consequência da nova pluralidade religiosa brasileira e fator de secularização), parece ainda não ter sido assimilada por nossas elites, incluídas aí as cabeças que dirigem o jornalismo tido como mais moderno entre nós. Em contraste com as reportagens sobre gente simples que tem como lazer visitar igrejas, e onde se percebe, aí sim, essa facilidade de trânsito<sup>51</sup>, vem à tona um enorme desconforto editorial com o fenômeno:

*a era contemporânea criou o culto à diferença, ao respeito ao outro. A partir de certo momento, porém, o que existem são fundamentalismos.<sup>52</sup>*

É como uma reclamação de que tudo seria melhor se o campo religioso ficasse eternamente congelado num certo arranjo, numa certa acomodação de fronteiras. Isso explica a simplória definição de intolerância da pesquisa que a Folha de S.Paulo publicou em 14-jan-96: desejo de que os outros abandonem suas crenças.

Pode ser que o mal-estar seja apenas quanto ao sentido do trânsito: do catolicismo para o neopentecostalismo. Nesse caso, a imprensa estaria colaborando com a Igreja em sua estratégia clássica de defesa contra o Profeta, conforme Bourdieu, a saber, justamente neutralizar o indiferentismo e portanto a facilidade de passagem à religião concorrente.

---

<sup>50</sup> “Decadência” gera protesto e desconforto. FSP. 18-set-95. p.5-8.

<sup>51</sup> reveja últimas matérias, aqui reproduzidas, do Caderno Especial Guerra Santa - FSP, especialmente “Frequentar igrejas de diferentes religiões é comum entre favelados”.

<sup>52</sup> Inácio Araújo. Igreja Universal faz da TV instrumento vibrante. FSP. 1-out-95

Por fim, eis dois fochos de luz em meio a uma cobertura jornalística de um ano inteiro (que, aliás, nos meses seguintes foi objeto de auto-crítica):

*não é obrigação de quem tem a fé X de respeitar a fé Y. Sua obrigação, ou pelo menos, aquilo que se deve fazer do ponto de vista das leis civis, é não sair por aí dando tiros ou apedrejando quem tem uma religião diferente. Fora disso, tudo é debate de opiniões, é confronto entre crenças, e posso perfeitamente acreditar que Von Helder é um enviado de Satanás, assim como ele acredita que um pai-de-santo é servidor de Belzebu.*<sup>53</sup>

E...

*o principal fanatismo da nossa época é mais sibilino e talvez perigoso, porque se pretende racional [...] uma modalidade perversa de intolerância em nome da própria tolerância.*<sup>54</sup>

Retomando nossas propostas pastorais, parece claro que não é viável pedir aos membros da IURD, tomados como representativos de um novo tipo de evangélico-pentecostal, que desconsiderem o papel de Jesus como **único** caminho<sup>55</sup>, como também sua própria obrigação, irrenunciável, oriunda de um comando desse mesmo Jesus, de espalhar a mensagem de que Jesus é o único caminho de salvação para **todo** o mundo.<sup>56</sup>

Com isso em mente, nem é preciso apontar para a absoluta impossibilidade de que uma igreja como a Universal aceite um tipo de tolerância fundada na razão teórica, no dizer de Bobbio, qual seja, o assentimento de que a verdade só pode ser alcançada através da síntese de verdades parciais, por não ser una, ter muitas faces, e assim por diante. Quem sabe, inclusive, a clara recusa desse tipo específico de tolerância constitua um bom critério de distinção entre ecumênicos e neopentecostais. Os últimos se aferram mais do que qualquer outro grupo religioso brasileiro da atualidade à irredutibilidade de suas verdades. Sim, nem todo protestante se sente dono da verdade, mas para um membro da Universal isso é definitiva comprovação de "frieza espiritual", no mínimo.

Num artigo publicado no Estado de S.Paulo<sup>57</sup>, a autora, tratando do ensino religioso nas escolas públicas, apela:

---

<sup>53</sup> Marcelo Coelho. *Pastor merece estátua em praça pública*. FSP. 10-nov-95

<sup>54</sup> Otavio Frias Filho. *Em nome de Deus*. 26-out-95. Veja, sobre limites da tolerância, Bobbio, *op.cit.*, pp.213-6.

<sup>55</sup> Não sabemos se foram convidados para o encontro no auditório da FSP sobre o Mito de Jesus em 17-abr-95 — provavelmente não, pois a aparência indica que a estratégia era isolar a IURD — mas se estivessem lá questionariam o próprio título do evento (como de resto o próprio representante católico acabou por fazer), e, além disso, insistiriam até o fim em que não basta respeitar Jesus, mas aceitá-lo como único e suficiente Senhor e Salvador, e a ele entregar a vida e tudo na vida.

<sup>56</sup> Literalmente para todo o mundo: Edir Macedo diz em FU. 5-nov-95 que a meta é 1 bilhão de crentes; Bispo Rodrigues, em FSP. 15-abr-95, se diz frustrado com o ritmo de crescimento da IURD.

*o que se pode fazer é conclamar religiosos de todos os matizes a serem menos proselitistas e mais abertos ao diálogo, e evitar por dispositivos legais que o ensino religioso seja privilégio de confissões majoritárias.*

De fato, a conclamação pode ser feita. Mas no caso da IURD, certamente cairá no vazio. Pedir que seja menos proselitista é pedir demais. Aqui vai uma pista para o encaminhamento pastoral desse desafio, já reconhecidos os pontos inegociáveis. O nó da questão pode ser a obsessão da IURD em se defender com as “armas do inimigo”, ou com “meios externos”: TV’s, rádios e políticos<sup>58</sup>. Senão, vejamos:

*queremos crescer. Sempre que tentarem nos impedir, reagiremos à altura. Se nos derem um chute na canela, responderemos pelo menos com um palavrão. Não tem essa de oferecer a outra face.*<sup>59</sup>

ou

*Se Jesus estivesse entre nós hoje [...] sairia num Boeing particular e compraria emissoras de rádio e televisão, para propalar o mais rápido possível a sua palavra.*<sup>60</sup>

e mais

*Infelizmente não temos uma TV Record aqui no Estado de Alagoas, ou uma emissora de rádio, para esclarecer a verdade diante da população. Mas temos o Senhor Jesus.*<sup>61</sup>

Alguns modelos bíblicos poderiam ser considerados, para lograr o abandono dessa dependência de meios externos à defesa da verdade<sup>62</sup>. Salvo a exortação no editorial da

<sup>57</sup> De Dora Incontri, O Estado de S.Paulo. 28-mar-96 (recuperado no Banco de Dados na Internet).

<sup>58</sup> E nesse caso é possível temer uma ruptura da velha tradição genuinamente **evangélica** (não necessariamente protestante) de separação Igreja—Estado. Sobre a renúncia às armas do mundo o seguinte trecho de Gaede é inspirador: “those who genuinely believe in truth ought to be the least likely to come to blows over it, since they know that truth still stands regardless of their ability to defend it. But if that is so, then why does religious conviction so often lead to conflict and intolerance? The answer is that religious conviction is not often rooted in such a high view of truth or defended by those who have truth’s best interests at heart. In that sense truth is more often used than believed. And those who believe it are not those who carry out wars on truth’s behalf but those who conduct their lives in the gentle confidence that it is true”. (*When tolerance is no virtue*. p.118)

<sup>59</sup> *Universal diz que “não dá outra face”*. FSP. 10-set-95

<sup>60</sup> *Padres e pastores lutam na mídia por fiéis*. FSP. 12-fev-95

<sup>61</sup> *Afiliada da Globo mente contra a IURD em Alagoas*. FU. 3-dez-95. Repare que “ter Jesus” soa aqui como prêmio de consolação para quem ainda não tem emissora de TV.

<sup>62</sup> *E também poderiam ser reconsideradas as origens protestantes no Brasil: “vão chegando, espalhando suas bíblias e praticando seu culto dentro de normas legais muito restritivas, tanto à propaganda religiosa quanto às formas arquitetônicas de seus lugares de serviço religioso. O tratado de 1810 permitia aos súditos britânicos liberdade religiosa dentro de suas capelas e igrejas desde que elas não tivessem formas diferentes de casas de habitação, respeitassem a Igreja Católica e não fizessem prosélitos. [José Manuel da] Conceição não parece ter orientado sua ação missionária [pioneira] no sentido de engrossar as fileiras do protestantismo com novos conversos. Realmente, sua forma de agir e de pregar dá a idéia de que ele estava*

Assembléia de Deus, já no final do ano<sup>63</sup>, quase não se lêem referências ao valor da “tolerância persuasiva”. E o grande risco é que, não sendo a tolerância-cálculo adotada por princípio, a qualquer momento a intolerância pode bater à porta.

Qual pode ser uma postura com melhor qualidade cristã (e aqui evidentemente assumimos explícito juízo de valor), mesmo sem renunciar à singularidade de Jesus e exclusividade do cristianismo — algo que, pelo que vimos, não pode ser esperado dos cristãos representados pela Universal<sup>64</sup>, por mais que a estrutura de plausibilidade vigente pressione nesse sentido?

Uma boa pista — e um bom fêcho para este trabalho — vem da carta de um evangélico comentando notícia referente a ensino cristão em escolas públicas inglesas<sup>65</sup>:

*Os cristãos crêem serem os possuidores da verdade e realmente chegaram ao conhecimento de muitas verdades fundamentais, reveladas por Deus na Bíblia. Mas a comunidade cristã ao longo da história chegou ao conhecimento dessas verdades pela graça de Deus, e também pela graça essa mesma comunidade foi chamada para comunicar essas verdades ao restante da humanidade. Ora, pela persuasão (de Deus e dos homens) e por dom divino as pessoas chegam à fé, não pela obrigatoriedade da lei. A Igreja cometeu esse erro na Baixa Idade Média (através da fusão com o Estado, dos dogmas impostos e da perseguição aos “hereges”) e parece querer repeti-lo agora nessa época de pluralismo religioso. Esse pluralismo tem trazido medo e reações fortes no meio do povo cristão. Porém*

---

*mais preocupado com uma reforma nos hábitos religiosos do povo a partir do conhecimento da Bíblia. Não se vê nele a prática usual dos missionários de concentrar suas atividades em torno de um grupo inicial de simpatizantes até conseguir formar uma congregação permanente. Ao contrário, contentava-se em apresentar sua proposta reformista e ia embora. Por isso, parece ter razão Boanerges Ribeiro [em O Padre protestante] em dizer que Conceição não desejava o estabelecimento de uma “igreja protestante transplantada de outra raça, outra cultura, diversa tradição e temperamento, mas um movimento profundo de Reforma nos sentimentos e experiência religiosa do povo, aliada ao esclarecimento bíblico, que tornasse possível a criação de um cristianismo brasileiro.” (Mendonça. Celeste Porvir. pp.26 e 86).*

*E, mais, reconsiderar e ponderar as origens ainda mais remotas de nossa cultura religiosa. Silva recupera a história da evangelização na América Latina, que desde seus primórdios é caracterizada como um projeto agressivo de conquista. “esse tipo de pastoral é depois oficializado com as decisões do Concílio de Trento (1563-65) quando é estabelecida a Companhia de Jesus. Os jesuítas tinham por finalidade atuar contra o movimento de Reforma [...]. Ignácio de Loyolla recebe do Concílio de Trento a autoridade para agir nas novas terras descobertas, com toda a força, a fim de implantar a fé cristã e inibir quaisquer possibilidades de outros grupos religiosos.” (Geoval Jacinto da Silva. Tolerância e missão — uma atitude pastoral para evangelizar in Mosaico).*

<sup>63</sup> pelo menos pelo que transparece em seu jornal oficial a AD se manteve extremamente reservada.

<sup>64</sup> Também os católicos devem aprender a conviver com a convicção de se estar abraçando a única religião verdadeira e ao mesmo tempo com o imperativo da tolerância (Häring e Salvoldi, já citados).

<sup>65</sup> desde 1988 o Parlamento britânico aprovou uma lei obrigando o culto religioso “genericamente cristão” em escolas públicas todos os dias de aula. Uma diretriz de 1994 ordenou que as cerimônias demonstrassem

*não adianta querer voltar ao passado (quando esse passado muitas vezes não passava de um nominalismo cristão insosso). É preciso, nos tempos de hoje, ser como os profetas do Antigo Testamento. É preciso discernir os sinais de nossos tempos e saber enfrentar a nova realidade com denúncia e anúncio, e não com intransigência e intolerância.*

Nem lei, nem mercado, nem TV, nem Boeing... Apenas confiança na Graça e na persuasão. Talvez uma solução frágil demais para um empreendimento de salvação fortemente ancorado no emprego de meios externos de defesa da verdade. Mas provavelmente esta frágil solução seja o único caminho para viabilizar tolerância real (não mero cálculo de correlação de forças, nem cínica indiferença) num contexto de defesa de verdades exclusivas.

Vimos que pela ótica da IURD a intolerância que se lhe opõe responde pelo nome de ecumenismo, e é por ela rebatizado de cooptação. Outra das forças intolerantes que lhe atingem, além da Rede Globo, é ironicamente motivada pela defesa da tolerância e parte da imprensa dita “moderna” representada pela FSP.

Para os que se opõem à IURD sua intolerância é evidente e revela o rosto ameaçador na forma do proselitismo. Pior: proselitismo através da televisão.

Diante do esboço deste quadro curioso e perturbador, em pleno Ano Internacional da Tolerância, apontamos como hipótese para as próximas pesquisas a redescoberta da persuasão como método de evangelização e da Teologia da Graça como vetor capaz de descartar a dependência obsessiva de armas acessórias (como bancada de políticos nos Legislativos e canais de televisão e rádio) para defender e espalhar o Evangelho.